



**XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM  
SERVIÇO SOCIAL  
06 a 10 de dezembro de 2010**

**Autores:** Rosa Maria Castilhos Fernandes, Ana Lúcia Suarez Maciel, Xênia Maria Tamborena Barros, Sabrina Leal da Rosa

**O TERCEIRO SETOR NO RIO GRANDE DO SUL:**

um estudo acerca da sua caracterização, gestão e impacto social

**Resumo:** O artigo socializa resultados parciais da pesquisa intitulada Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul que se propõe a apreender a caracterização, a gestão e o impacto social destas organizações. A ampliação da atuação desse setor no campo das políticas públicas está associada ao modelo de gestão social que articula a atuação do Estado em parceria com a esfera privada. Estudos dessa natureza são fundamentais para que seja decifrada a dinâmica do Terceiro Setor no Estado.

**Palavras-chaves:** Terceiro Setor. Políticas Públicas. Gestão Social.

**Abstract:** Article socialize partial results from a survey entitled Study on the Third Sector in the Rio Grande do Sul, which aims at seizing the characterization, management and social impact of these organizations. The expansion of the performance of this sector in the field of public policy is associated with the model of social management that articulates the role of the state in partnership with the private sphere. Such studies are essential in order to be deciphered the dynamics of the Third Sector in the State.

**Keywords:** Third Sector. Public Policy. Social Management.

## **1 INTRODUÇÃO**

O contexto em que se insere a atuação do denominado Terceiro Setor no Brasil está diretamente relacionado ao modelo de gestão social que o Estado vem adotando, a partir da última década do século XX. Esse modelo tem demonstrado que há uma clara opção por partilhar as demandas sociais que emergem da questão social junto aos demais setores da

sociedade, conformando um novo modelo de gestão social. Sabe-se que a direção das mudanças em curso está longe de atender as expectativas que motivaram as lutas sociais pela consolidação das políticas públicas deste país nos anos 1980. Isso se deve pelo reconhecimento da existência do incentivo marcado pelos ideários neoliberais na condução das políticas públicas em diferentes territórios do Brasil, lógica esta que “insere-se nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social” (YASBEK, 2000, p.13). Como decorrência desse processo, se verifica uma ampliação da atuação do Terceiro Setor que requisita a necessidade de apreender a sua configuração em função da sua finalidade pública.

O Terceiro Setor é um campo polêmico e heterogêneo, do qual fazem parte um conjunto de entidades de iniciativa privada e sem fins lucrativos que possuem em comum, fundamentalmente, os propósitos públicos. Portanto, esse setor tem incidido no campo das políticas públicas, através da operacionalização de projetos, programas e/ou serviços sociais que buscam o atendimento das necessidades sociais dos beneficiados destas iniciativas, sendo necessário apreender a lógica que movimenta a sua atuação. A lógica que se desenha por meio das parcerias, tanto estatal quanto privada, na gestão das políticas públicas assinala para uma radical mudança nas relações entre o Estado e Sociedade Civil e, portanto, requer uma atenção particularizada, no sentido de verificar em que medida essa parceria está a serviço dos direitos sociais.

Com base nesse escopo, a pesquisa que apresentamos neste artigo parte de uma iniciativa da própria sociedade civil, através de uma equipe de pesquisadores composta por assistentes sociais e estudantes de graduação vinculados a uma fundação do estado. O artigo objetiva socializar dados preliminares da pesquisa intitulada Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul (ETSul) contemplando aspectos contextuais da realidade do Terceiro Setor, com destaque para o perfil, o modelo de gestão e o impacto das ações desenvolvidas pelo setor no referido Estado. Para tanto, inicialmente faz-se a contextualização do cenário que desencadeia a problemática da pesquisa e, posteriormente, discorre-se sobre o processo metodológico, culminando com a apresentação dos resultados parciais da investigação.

## **2 O CONTEXTO ATUAL DO TERCEIRO SETOR**

O estado do Rio Grande do Sul tem sido palco de inúmeras iniciativas que tem incidido no fortalecimento da atuação do Terceiro Setor, dentre elas, se destaca a própria Secretaria Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social que criou a denominada *Rede Parceria Social*. Esta Rede vem operando um novo modelo de gestão social em que o Estado, as empresas e o Terceiro Setor se articulam e propõem a atender inúmeras demandas sociais. A Rede é

formada, atualmente, por 164 organizações do Terceiro Setor e se constitui numa iniciativa que objetiva o desenvolvimento de projetos sociais no Estado, abrangendo diversas áreas da assistência social, através da Lei da Solidariedade que estimula empresas a destinar recursos para entidades assistenciais, permitindo que 75% dos recursos destinados sejam oriundos de até 3% do ICMS pago pelas empresas. Esta iniciativa vem sendo colocada na pauta do debate em função de uma série de questionamentos, entre eles destaca-se: qual tem sido a preocupação dos atores sociais da rede com a sustentabilidade das ações? Qual a relação que existe com a Política Nacional de Assistência Social? Como se dá a participação dos conselhos estaduais de assistência social e a participação popular efetiva mediante o controle social desse processo? Esses são alguns dos questionamentos que requerem uma reflexão crítica desta realidade, pois este quadro não diminui a demanda pelos serviços sociais, mas reafirma um modelo de gestão da política de assistência social no estado que, neste caso, se movimenta na inter-relação com o empresariado e o Terceiro Setor.

Além disso, a existência de uma Associação Rio-Grandense de Fundações, criada em 1995 para fortalecer, congregar e orientar as fundações do estado e de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Terceiro Setor que discute temas atinentes ao setor são iniciativas que evidenciam o desenvolvimento do mesmo no estado do Rio Grande do Sul. Aliando-se à atuação das organizações citadas, destacam-se as iniciativas de investigação sobre o Terceiro Setor, oriundas de diferentes segmentos: acadêmico, estatal e da sociedade civil, que vem desenvolvendo estudos e mapeamentos das entidades não governamentais no território nacional.

No Brasil, se pode constatar, por meio da segunda edição da pesquisa intitulada: “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos” - FASFIL, que no ano de 2008, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil em todo país. Na primeira edição da pesquisa, a FASFIL destacou o crescimento de 157% do número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos entre os anos de 1996 e 2002. Tal constatação demonstra uma queda do percentual do crescimento dessas organizações, confirmando que a década de 1990 a 2000 foi um marco no que diz respeito ao crescimento acelerado do Terceiro Setor (BORDIN, 2009).

Outra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2006, sobre as entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins lucrativos, teve como objetivo fornecer aos órgãos gestores de políticas públicas, informações detalhadas sobre a oferta destes serviços no Brasil, com o intuito de subsidiar a implantação do Sistema Único de Assistência Social. A análise realizada junto às entidades, que se declararam como prestadoras de serviços de assistência social demonstram que um percentual significativo de

entidades que recebem financiamento público das esferas municipal, estadual ou federal, como se pode constatar nos dados coletados junto a 8.964 mil das entidades pesquisadas, são organizações de Terceiro Setor. Destas entidades, 3.631 mil (22,6%) se localizam na Região Sul e 1.199 (7,4%) no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2007).

Ainda, citando como exemplo o campo da assistência social, existem estimativas (BORDIN, 2009) de que 248 entidades de Terceiro Setor são conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor das políticas de assistência social no município de Porto Alegre. Essas entidades desenvolvem em torno de 750 programas diferentes, a saber: Programa Família; Programa de Erradicação de Trabalho Infantil; Bolsa Família; Programa de Serviço de Apoio Socioeducativo; Programa de Atenção ao Idoso, entre outros, atendendo às diferentes necessidades sociais. Trazendo o exemplo da capital do estado do Rio Grande do Sul, pode-se perceber o quanto se faz necessário estudar a configuração e os impactos sociais ocasionados pelo conjunto das ações sob responsabilidade do Terceiro Setor, tendo em vista que essas ações se traduzem em políticas públicas que se propõem a garantir direitos sociais, lançando mão da parceria com as organizações que compõem a esfera pública não-estatal.

Além disso, no cenário contemporâneo marcado pela “chamada” crise do capital e, com ela, a necessária revisão acerca do papel do Estado, as entidades do Terceiro Setor deverão ser capazes de desenvolver estratégias para fazer frente, tanto ao impacto que a crise financeira mundial pode causar ao seu funcionamento, quanto dar respostas às necessidades sociais emergentes. As entidades do Terceiro Setor vêm percebendo, igualmente, os efeitos da crise que configura um novo cenário, complexo e incerto, que se caracteriza pelo: agravamento das necessidades sociais, tendência da redução dos recursos públicos e privados, mudanças nas prioridades dos agentes envolvidos, dando ênfase não mais as prioridades dos financiadores, mas garantindo a coerência com a missão organizacional (VIDAL, 2008).

Com base nos dados do contexto de atuação do Terceiro Setor e das pesquisas sobre o tema, há indicadores concretos que comprovam o crescimento dessas organizações e o compartilhamento na gestão das políticas públicas, onde cada vez mais “lidamos com o risco da privatização de serviços que deveriam ser universalizados no âmbito público, com uma permanente tensão entre autonomia e dependência em relação ao Estado” (YASBEK, 2000, p.14). Este cenário demonstra o quanto é premente construir espaços que promovam a reflexão crítica acerca da atuação dessas organizações e, fundamentalmente, o monitoramento e avaliação das políticas públicas. Neste sentido, a realização de pesquisas que abarquem esse objeto de estudo se mostra justificada e relevante, especialmente, no momento em que se aprofundam as contradições inerentes ao modelo de gestão social

contemporâneo.

### **3 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

As mudanças pertinentes ao chamado Terceiro Setor e o papel que vem desempenhando na condução da gestão das políticas públicas no cenário brasileiro são motivos suficientes para a realização de uma investigação que nos aproxime desta realidade e que denominamos de “Estudo sobre o Terceiro Setor no Estado do Rio Grande do Sul – ETSul”. A problemática do estudo estrutura-se da seguinte maneira: Como estão configuradas as entidades do Terceiro Setor, no que se refere ao perfil, aos processos de gestão e aos impactos sociais produzidos por suas ações no Rio Grande do Sul no período de novembro de 2009 a dezembro de 2010?

Para responder a problemática da pesquisa considera-se a construção das seguintes questões norteadoras: Quais as principais características das organizações do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul?; Como as organizações do Terceiro Setor estão desenvolvendo seus processos de gestão?; Que impactos sociais as ações desenvolvidas pelas Organizações do Terceiro Setor têm produzido no RS? E, por último, quais as ações desenvolvidas por essas organizações, no que se refere à inovação social (tecnologias sociais)? A partir das respostas obtidas, se pretende delinear o perfil, os processos de gestão e os impactos sociais das ações desenvolvidas pelas entidades do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul.

A pesquisa é do tipo quanti-qualitativa, o que permite a exploração e elucidação da multiplicidade das questões e do objeto analisado. A população estudada se constitui das entidades pertencentes ao Terceiro Setor no RS, entretanto, a amostra será definida por todas as organizações que aderirem voluntariamente ao estudo, através do preenchimento do questionário disponível *on-line* no site oficial da organização responsável pela realização do estudo. Por essa razão, o mapeamento e a sensibilização das entidades para participação na pesquisa é fundamental.

O processo de mapeamento e cadastramento das organizações que atuam no Terceiro Setor gaúcho se deu por meio de pesquisas e contatos institucionais onde foi possível identificar, quantitativamente, as seguintes organizações do Terceiro Setor: 1.115 da Região da Micro-Porto Alegre (referente aos 22 municípios); 369 Fundações do Estado do Rio Grande do Sul; 164 entidades pertencentes à Rede de Parceria Social (programa vinculado a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado); 34 entidades vinculadas a Rede de Tecnologias Sociais; 911 Organizações de Utilidade Pública Federal; 443 entidades do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 447 do Conselho Municipal de Porto Alegre de Direito da Criança e do Adolescente e 176 são entidades de Educação Infantil conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Além disso, a

divulgação do estudo para as demais Mesorregiões do Estado (conforme o IBGE, o RS é composto por 7 mesorregiões, 35 microrregiões, totalizando 496 municípios) vem sendo feita por meio de correspondência enviada as prefeituras no RS. Este é o rol de entidades contatadas e convidadas a participarem do estudo, até o presente momento. A sensibilização das entidades para participação no ETSul é contínua e se dá de várias formas, conforme segue: e-mail, mala direta, assessoria telefônica, visitas institucionais, sensibilização através da participação em eventos relacionados a temática, entre outras.

O instrumento de coleta se constitui em um questionário *on-line* que se divide em três partes: as duas primeiras, referentes à caracterização e a gestão das organizações, são compostas por questões fechadas que vem formando um banco de dados com informações quantitativas. A terceira etapa busca avaliar os impactos sociais e, por isso, se constitui em uma análise qualitativa das ações operacionalizadas pelas entidades e, posteriormente, tais dados serão quantificados para fins de análises inferenciais. O compromisso ético com a condução do trabalho vem sendo materializado pela observância ao uso do termo de consentimento livre e esclarecido que é apresentado *on-line* a cada entidade antes de sua participação no estudo.

A análise e o processamento dos dados vêm sendo mensurada, a partir das freqüências de ocorrências e dos testes estatísticos das relações entre as variáveis, de acordo com as perguntas do questionário em especial da parte I e II, respectivamente relacionadas à caracterização e a gestão. Com relação à parte III, que corresponde a avaliação do impacto social por meio da descrição dos projetos sociais e da identificação das tecnologias sociais desenvolvidas nas entidades participantes do estudo, vem sendo feitas análises com base nos indicadores construídos para este processo, tais como: compromisso com a transformação social, identificação de necessidades e demandas sociais, identificação de alteração da situação inicial apresentada, busca da inclusão e acessibilidade, uso de metodologias participativas, existência de apropriação e aprendizagem por parte dos atores envolvidos, entre outros. A análise do conteúdo surge nesse contexto como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que são possíveis de serem feitas, através de procedimentos sistemáticos e de objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1994) que emergirão das sistematizações da parte III da pesquisa.

Em maio de 2010 foi elaborado um relatório parcial do estudo que foi apresentado em uma reunião específica, destinada a todos os respondentes, bem como a comunidade interessada na temática, e cujos resultados são comunicados neste artigo. Ressalta-se que a previsão de conclusão da pesquisa será em dezembro de 2010, ocasião em que será elaborado o relatório final, cujos resultados virão a compor um livro sobre a temática em estudo.

#### **4 RESULTADOS PARCIAIS**

Os caminhos que percorremos até aqui têm nos mostrado o quanto é pertinente instaurar processos de monitoramento e avaliação das iniciativas do Terceiro Setor, principalmente, quando se trata de organizações que operacionalizam diferentes políticas públicas e que atendem demandas de segmentos específicos da sociedade brasileira que impactam no acesso e na garantia dos direitos sociais.

A pesquisa tem abrangência estadual e para esta sistematização tem como amostra as 59 primeiras entidades que finalizaram o preenchimento completo do questionário até abril de 2010. Os dados que são apresentados, a seguir, se referem às principais categorias do estudo: caracterização, gestão e impacto social.

Sobre a caracterização das entidades, quanto à representação geográfica, predominam as entidades da região metropolitana, com destaque para cidade de Porto Alegre, 53% e na seqüência: São Leopoldo, 11%, Canoas, 9%, Estância Velha, 4%, Cachoeirinha, 4%, Guaíba, 4%, Novo Hamburgo, 4% e Erechim, Gravataí, Giruá, Esteio, Venâncio Aires, Sapucaia, Campo Bom, Viamão, Rio Pardo e Lajeado cada município alcança 2%.

As entidades respondentes são pessoas jurídicas de direito privado, sendo que 91% das entidades são registradas sob a forma jurídica de associação, 7% das entidades são Fundações e 2% das entidades não informaram a sua forma jurídica.

Quanto à qualificação das entidades: 70% são organizações sociais, 10% são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (regulamentadas pela Lei Nº 9790, de 1999, que também institui e disciplina o Termo de Parceria), 10% das entidades não possui registro de qualificação e o restante não soube informar ou não respondeu à questão.

Com relação ao âmbito de atuação das entidades, a pesquisa mostrou que 57% atuam na esfera municipal, sendo 22% em microrregiões dos referidos municípios e 20% em comunidades específicas. Em escala de maior de abrangência, constata-se que 22% das entidades atuam no âmbito nacional, 16% no âmbito estadual e 5% no âmbito internacional.

Quanto ao foco das Políticas Públicas, se observa a prevalência (79%) da política de Assistência Social, pois 47 das entidades respondentes executam ações junto a essa política, portanto, atuam no campo de proteção social. Também se observa a predominância da política de educação, como segundo maior foco de atuação das entidades, seguidas das políticas da cultura e da saúde.

Destaca-se a inserção de entidades nos Conselhos Municipais, predominantemente, nos Conselhos de Assistência Social, 81%; seguidos dos Conselhos de Crianças e Adolescentes, 71% e nos Conselhos de Educação, 27%, o que indica a participação das

entidades nas instâncias de controle social das políticas públicas. Observa-se, também, a inserção das entidades nos Conselhos da Saúde, dos Direitos Humanos, do Idoso e da Cultura.

Sobre o público beneficiado pelas ações desenvolvidas pelas entidades, constatamos o elevado número de crianças e adolescentes (10.412) que tem relação com o foco predominante das políticas públicas de assistência social e educação (crianças, adolescentes e jovens). Observa-se, igualmente, que nas respostas das entidades a esta questão, as mesmas indicaram que fazem o atendimento a mais de um público beneficiado, tais como: famílias, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, idosos, entre outros.

Referente à gestão, no que se refere aos Recursos Humanos das entidades, o percentual de entidades que contratam funcionários remunerados é de 78%, com destaque para a presença de educadores sociais de nível médio (157), oficinairos (140), serviços gerais (114) e assistentes administrativos (104). Em relação ao nível técnico superior destacam-se: pedagogos (79), assistentes sociais (44), administradores (43) e psicólogos (38), ratificando assim a convergência de técnicos atuando de forma sistemática e, portanto, indicando uma preocupação com a profissionalização no Terceiro Setor.

No que se refere à origem dos recursos financeiros das entidades pesquisadas se constata que os mesmos advêm da esfera pública governamental ou da iniciativa privada. Mais da metade dos respondentes afirmou receber doações de pessoas físicas (58%), empresas privadas (56%) e, também, recursos próprios (56%), revelando a importância dos recursos privados para a movimentação do setor. Destaca-se que uma mesma entidade pode receber recursos provenientes da esfera pública ou de fontes privadas. Os recursos provenientes do exterior (recursos internacionais) atingem 7% das entidades, o que evidencia que o maior recurso é obtido no próprio país. Todas as entidades que participaram desta amostra referiram receber pelo menos um tipo de financiamento, com destaque para os recursos provenientes dos municípios (68%), o que viabiliza a operacionalização das ações efetivadas pelas entidades. A prevalência dos recursos públicos municipais se deve ao fato de que a gestão das políticas sociais (assistência social, educação e saúde, por exemplo) ocorre de forma descentralizada (recursos federais repassados aos gestores municipais) e se efetiva no âmbito municipal.

Sobre o impacto social, para a sistematização desta análise preliminar do estudo consideramos o campo referente ao tema dos projetos, onde se constata que 55,9% dos temas abordados pelas entidades referem-se à educação e a capacitação; 37,2% para a temática do campo da assistência social, seguido da temática que trata da geração de trabalho e renda que alcança o percentual de 23,7%. As temáticas de cultura e do meio

ambiente indicam um percentual de 16,9% cada uma. Também são citados temas como: saúde, inclusão social e digital, esporte, cidadania, violência e segurança. Para análise das experiências nos pautamos nos seguintes indicadores: compromisso com a transformação social; identificação de necessidades e demandas sociais concretas; identificação de alteração da situação inicial apresentada; busca a inclusão e a acessibilidade; preocupação com a sustentabilidade; promoção de acesso a novos conhecimentos; diálogo entre os saberes populares e os acadêmicos; existência de apropriação e aprendizagem por parte dos atores envolvidos; potencial de reaplicação em outras localidades; uso de metodologias participativas; perspectiva de Inovação Social; fortalecimento dos processos democráticos e da participação cidadã. Para socialização neste artigo, destaca-se os indicadores: identificação de necessidades e demandas sociais concretas e a identificação de alteração da situação inicial apresentada. Observa-se que 70% das entidades, na operacionalização de seus projetos, identificam as necessidades e demandas sociais justificando a relevância do desenvolvimento dos seus projetos. Em 21% dos projetos analisados este indicador é contemplado em parte, pois na descrição não fica clara a sua efetivação. Em 9% dos projetos não consta a informação sobre este aspecto para avaliação do critério. Com relação à alteração da situação inicial (problemática e/ou realidade local) foi possível identificar na descrição dos projetos que esta mudança ocorreu em 67% das experiências analisadas. Em 23% dos projetos este aspecto é contemplado em parte e, em 10% dos projetos não foi possível avaliar o critério em função da falta da informação a respeito.

## **5 CONCLUSÃO**

Com base nos dados parciais da pesquisa em desenvolvimento foi possível discorrer sobre algumas informações que nos permitem conhecer melhor a configuração do Terceiro Setor no RS, que mesmo com suas peculiaridades regionais, desvelam-se dados que correspondem a uma significativa realidade da gestão social que se desenha no cenário brasileiro.

Considerando a prevalência da atuação dessas entidades na esfera municipal, no campo da política de assistência social e tendo como público majoritário as crianças e adolescentes percebe-se o quanto o Terceiro Setor vem incidindo no desenvolvimento de programas e serviços voltados a política de proteção social junto à esta população. Os avanços no campo da política de assistência social, materializados pelo Sistema Único de Assistência Social, podem vir a ser comprometidos em função do deslocamento da atuação do Estado para o Terceiro Setor, assim como de outras políticas públicas em destaque neste estudo como a educação e a saúde. Também, chama a atenção o incremento que essas entidades vêm fazendo na composição dos seus recursos humanos que, na pesquisa, conta

com um percentual significativo de profissionais com formação e remunerados, portanto, com competências específicas e subsídios técnicos para uma atuação qualificada, ou pelo menos, desafiados a atender as necessidades postas pelas demandas dos usuários destas entidades. Ainda que os dados relativos à amostra das 59 entidades, que compõem o relatório parcial apresentado à sociedade gaúcha sejam relevantes, a análise criteriosa para cruzamentos e inferências dos dados será realizada ao finalizarmos a aplicação do questionário (em dezembro de 2010).

O assistente social é um profissional que exerce uma prática de intervenção na realidade social e, por isso, deve colocar em uso suas atribuições e competência para que, através do exercício profissional, possa efetivamente trabalhar pela “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993). Sendo assim, torna-se fundamental, por meio desta pesquisa, disponibilizar à sociedade gaúcha, em especial suas representações coletivas e comunitárias, incluindo os conselhos de controle social e os gestores governamentais das políticas públicas, as informações e análises em construção, com o intuito de colaborar para uma atuação mais efetiva e propositiva de suas lideranças e gestores na construção de uma sociedade democrática, participativa e com controle social. Entendemos que a ferramenta da pesquisa como estratégia de desvelamento da realidade, neste caso o cenário do Terceiro Setor no RS, torna-se um valioso instrumento de resistência, pois somente a partir do conhecimento da realidade e de seus movimentos que atendem a diferentes projetos societários, é que seremos capazes de intervir com ações voltadas para consolidação do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BORDIN, Érica Monteiro do Bomfim. **A gestão social no contexto das organizações da sociedade civil: desafios para efetivação da cidadania**. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/>.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome- MDS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Estudos e Pesquisas Informação Econômica, nº. 8. Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL, 2008. Disponível em <[http://site.qife.org.br/arquivos/publicacoes/19/fasfil\\_2005.pdf](http://site.qife.org.br/arquivos/publicacoes/19/fasfil_2005.pdf)>. Consultado em 18 Jan 2010.

FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO. **Relatório Parcial da Pesquisa Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.fijo.org.br/>.

YASBEK, Maria Carmelita. Terceiro Setor e despolitização. Revista Inscrita, Nº 6. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2000. P.13-18.

VIDAL, Pau. **La crisis y el tercer sector: una oportunidad para la transformación social**. Uma visão a partir del consejo asesor de investigación del OTS, Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.tercersector.net/>. Acesso em 30 de Julho de 2010.